

ATA NÚMERO 43/XIII (2.^a)

02.novembro.2016 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Da reunião de 25 de outubro de 2016
- Da reunião de 26 de outubro de 2016

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência aos Presidentes dos Conselhos Gerais dos Institutos Superiores Politécnicos, para transmitirem a sua posição sobre o seguinte: defesa da competência dos Politécnicos para outorgarem o grau de doutor; possibilidade de passarem a utilizar a nível internacional a designação *university of applied sciences* – 15h

5. Audição do Grupo de Trabalho para a Avaliação do Acesso ao Ensino Superior, sobre o respetivo Relatório – 16h

6. [Petição n.º 115/XIII \(1.ª\)](#) – apresentada por Sandra Cristina Correia Ribeiro Gonçalves e outros - Solicitam à Assembleia da República a revogação do Despacho Normativo n.º 1-H/2016, que altera os artigos 3.º, 6.º, 8.º, 9.º, 18.º, 19.º, 20.º, 22.º, 23.º, 25.º e 26.º do Despacho Normativo n.º 7-B/2015, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 88, de 7 de maio de 2015, que determina os procedimentos da matrícula e respetiva renovação

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Odete João - PS

7. [Petição n.º 141/XIII \(1.ª\)](#) – apresentada por Gonçalo Faria da Silva e outros - Solicitam mais rigor, transparência e objetividade na ciência que recorre ao uso de modelos animais na investigação, maximizando o bem-estar animal e o retorno do investimento público

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Álvaro Batista - PSD

8. [Petição n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Maria de Fátima Brás e outros - Solicitam a aplicação do princípio da igualdade aos docentes do 1.º ciclo

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Maria Augusta Santos - PS

9. [Petição n.º 166/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Paulo Alexandre Simões Ernesto - Solicita a apreciação de critérios para atribuição de Bolsas de Mérito no Ensino Superior

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Inês Lamego - PS

10. [Petição n.º 180/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por José Manuel Rodrigues de Abreu - Solicita que sejam feitos estudos científicos no sentido de ser introduzido no sistema educativo uma disciplina de métodos de respiração, relaxamento e de controlo emocional

- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado Relator: PS

11. Plano de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial para a 2.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação

12. [Projeto de Resolução n.º 331/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Consagra o dia 16 de maio como Dia dos Cientistas

- Redação final

13. Outros assuntos

14. Data da próxima reunião

8 de novembro de 2016, às 15h – Audição do Ministro da Educação, por requerimento do PSD

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e BE, registando-se a ausência das Deputadas do CDS-PP e do PCP.

2. Aprovação da ata

As atas das reuniões de 25 e 26 de outubro de 2016 foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e BE, registando-se a ausência das Deputadas do CDS-PP e do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas legislativas para nova apreciação pela Comissão, na generalidade

Na sequência da baixa à Comissão das iniciativas referidas abaixo, em 22 de outubro, para nova apreciação, pelo prazo de 45 dias, foi consensualizado que os trabalhos inerentes fossem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Ensino Especial.

Entretanto foi distribuído um mapa comparativo dos 2 Projetos de Lei e outro dos 6 Projetos de Resolução e foi dado conhecimento ao PEV e ao PAN da apreciação pelo referido Grupo de Trabalho e serão depois informados das reuniões do mesmo para apreciação das iniciativas em causa.

Projeto de Lei	329	XIII	2	<u>Acessibilidade efectiva para todos os estudantes com</u>	Nova apreciação comissão	2016-10-21	PAN
----------------	-----	------	---	---	--------------------------	------------	-----

				<u>Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior</u>	generalidade		
Projeto de Lei	321	XIII	2	<u>Isonção de propinas no primeiro e segundo ciclos de estudos no ensino superior para estudantes com deficiência</u>	Nova apreciação comissão generalidade	2016-10-21	BE

Projeto de Resolução	515	XIII	2	<u>Recomenda ao governo português que elabore um plano de acção que permita uma efectiva acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais ao ensino superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PAN
Projeto de Resolução	514	XIII	2	<u>Respostas, ao nível do ensino superior, para estudantes com necessidades educativas especiais (NEE)</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PEV
Projeto de Resolução	511	XIII	2	<u>Por um ensino público e inclusivo no Ensino Superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PCP
Projeto de Resolução	516	XIII	2	<u>Apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais no Ensino Superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	BE
Projeto de Resolução	358	XIII	1	<u>Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PS
Projeto de	512	XIII	2	<u>Por uma maior inclusão dos</u>	Nova Baixa	2016-10-21	PSD

Resolução		<u>Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior</u>	Comissão para Discussão		
-----------	--	--	-------------------------	--	--

3.2. Jornadas Parlamentares do PS

O Presidente da Comissão informou que as Jornadas Parlamentares do PS estão marcadas para os dias 20, 21 e 22 de novembro de 2016.

3.3. Relatório da audiência à Associação Nacional dos Professores Contratados

O relatório da audiência à Associação Nacional dos Professores Contratados, para equacionar a precariedade dos docentes contratados, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.4. Café de Ciência

Na sequência da distribuição de uma nota da Ciência Viva sobre o próximo Café de Ciência, o Presidente lembrou que o mesmo está agendado para o dia 14 de dezembro, a partir das 18h, estando a ser equacionado se decorrerá na Sala de Leitura da Biblioteca da AR (sendo que está patente no local uma exposição que reduz o espaço disponível) ou no Refeitório dos Frades.

Recordou também que o Café tem como tema *Segurança, percepção de risco e desperdício alimentar*, prevendo-se abordar os seguintes tópicos: Novos alimentos e alterações na dieta; Desperdício Alimentar; Percepção de risco alimentar. Referiu depois que o tema permitirá a interação com outras Comissões, nomeadamente, da Agricultura e da Saúde.

Pedi ainda a indicação, nos termos habituais, de temas/tópicos/questões a debater no Café, para a Ciência Viva convidar participantes que possam responder aos mesmos e se estabelecer uma maior dinâmica.

3.5. Programa Parlamento dos Jovens

O Presidente informou que se tinham inscrito no Programa Parlamento dos Jovens 451 escolas do ensino básico e 431 do ensino secundário e que estava previsto que as escolas enviassem entre 2 de novembro e 12 de dezembro convites para participação de um Deputado da Assembleia da República no debate sobre o tema, a realizar entre novembro de 2016 e janeiro de 2017.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) e de seguida o Deputado Luís Monteiro (BE) referiram que não deve haver participação de Deputados em debates nas escolas durante o mês de novembro, dado que está a decorrer a discussão do Orçamento do Estado.

4. Audiência aos Presidentes dos Conselhos Gerais dos Institutos Superiores Politécnicos, para transmitirem a sua posição sobre o seguinte: defesa da competência dos Politécnicos para outorgarem o grau de doutor; possibilidade de passarem a utilizar a nível internacional a designação *university of applied sciences* – 15h

O Presidente da Comissão de Educação e Ciência cumprimentou os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos, Pedro Manuel Gonçalves Lourtie, Manuela de Melo e Daniel Proença de Carvalho, indicou a grelha de tempos, explicou a metodologia dos trabalhos, dando-lhes depois a palavra para fazerem uma intervenção inicial.

Os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos agradeceram a concessão da audiência, tendo, em síntese, referido o seguinte:

1. Os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos não representam os institutos politécnicos, que têm os seus próprios Presidentes. Os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos presidem, sim, a um órgão que aprova planos estratégicos, planos de atividade, orçamentos, relatórios de contas, etc., tendo, nessa perspetiva, uma intervenção na estratégia da instituição;
2. Os Conselhos Gerais têm forçosamente membros externos, onde se inclui o Presidente do Conselho Geral, que tem o objetivo de contribuir para uma visão externa e mais distanciada das questões de cada um dos institutos politécnicos;
3. Existem dois problemas razoavelmente consensuais que os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos gostariam de abordar: a possibilidade de outorga do grau de doutoramento por parte dos institutos politécnicos e a designação dos politécnicos, designadamente a nível internacional;
4. Os institutos politécnicos têm uma vida útil de menos de 40 anos. Embora se possa repor a sua génese à reforma do Ministro Veiga Simão, efetivamente eles surgiram há 40 anos;

5. No que respeita à qualificação do corpo docente dos politécnicos ao longo do tempo, em 2001/2002 o número de doutores era de 7,1%, em 2015/2016 era de 41,5% e este ano esse número já está acima dos 50%, o que evidencia que se registou uma grande evolução, tendo também havido um reforço significativo da investigação e da qualificação do corpo docente;
6. O facto de os institutos politécnicos não poderem outorgar o grau de «Doutoramento» é uma limitação ao seu desenvolvimento;
7. Os Presidentes dos Conselhos Gerais dos treze institutos politécnicos defendem a atribuição aos institutos politécnicos da competência legal para a outorga do grau académico de «Doutor»;
8. Ao nível da União Europeia há sistemas binários e unitários. Espanha tem um sistema unitário, com universidades e universidades politécnicas, com características ligeiramente diferentes mas são todas universidades; que nos sistemas de ensino superior binários verifica-se uma tendência para que as instituições politécnicas possam outorgar o grau de doutor, possibilidade essa sujeita à existência de condições para o efeito;
9. Os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos consideram que a impossibilidade de atribuição do grau de «Doutor» pelos institutos politécnicos constitui uma limitação ao serviço que estes podem prestar ao País e às regiões em que se inserem;
10. Ao longo dos últimos anos tem havido uma evolução no sentido de os politécnicos poderem vir a conceder o grau de «Doutor»;
11. Os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos estão certos de mais cedo ou mais tarde o sistema português acolherá a possibilidade de os politécnicos poderem vir a outorgar o grau de «Doutor»;
12. No que respeita à questão da internacionalização, todos os politécnicos têm hoje como um dos seus objetivos captar estudantes estrangeiros e o desenvolvimento de parcerias a nível da formação e da investigação. Em relação a esta área em concreto, o que se verifica é que a designação de instituto politécnico como *polytechnic institute* expressa em alguns documentos oficiais portugueses cria algumas dificuldades no relacionamento internacional;
13. A estratégia de internacionalização do ensino superior nacional tem sido dificultada pela não utilização da designação *university of applied science*;
14. A nível internacional, as instituições politécnicas apresentam-se sob as designações usadas pela Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior (EURASHE), independentemente da sua designação nacional.

Intervenção de seguida a Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD), referindo que Portugal tem um sistema de ensino superior binário a funcionar de forma algo confusa e, nesse sentido, seria

importante que ele fosse concludente para ambas as realidades, quer para a realidade universitária quer para a realidade politécnica, definindo de uma forma clara a sua missão.

Referiu também que a posição defendida pelos Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos, e que está patente no [documento de 18 de outubro de 2016](#), tem a ver com duas reivindicações muito claras: a primeira prende-se com a designação internacional mais competitiva e moderna dos institutos politécnicos e a outra com a capacidade de poderem outorgar o grau de doutoramento. Nesse sentido, torna-se necessário proceder a uma reflexão profunda sobre estas duas questões, estando o Grupo Parlamentar do PSD empenhado em fazê-lo no âmbito da revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, trabalho que pensa que estará concluído dentro de alguns meses e que o levará certamente a adotar uma posição específica sobre a matéria.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS defende que as instituições de ensino superior não têm que ter todas a mesma missão, que é bom que haja diversificação de funções e de missões dentro do sistema do ensino superior, o que não quer dizer que essa diversificação seja uma espécie de fronteira eterna entre dois sistemas estanques. Em relação a este ponto em concreto, disse que, inclusivamente, a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior pode ter a função de avaliar se uma instituição de ensino superior pode ou não ter a capacidade para conferir o título académico defendido pelos politécnicos, podendo, assim, ser possível encontrar uma solução em que a diferenciação de missões não tenha que ser feita colocando um sistema de um lado e outro sistema do outro.

No que respeita à internacionalização, salientou que não acredita que alterar a designação só por si possa conduzir a soluções límpidas e favoráveis ao desenvolvimento das instituições de ensino superior portuguesas.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) mencionou que o atual sistema binário português é confuso, mas que os dois lados acabam por adotar práticas de um e de outro. Para o Grupo Parlamentar do BE com essa confusão acabou por se criar uma injustiça na medida em que as universidades podem ser autorizadas a ministrar cursos de cariz politécnico mas os politécnicos não têm capacidade para atribuir o grau de «Doutor» e daí a necessidade de redefinir o modelo atual.

Em relação à designação dos politécnicos, defende que não é uma matéria de substância mas se isso pode dar uma maior capacidade de relacionamento internacional o Grupo Parlamentar do BE não se oporá a que haja essa alteração.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu-se ao papel relevante dos politécnicos e que passa pela responsabilidade de alargar a base de recrutamento de jovens e de adultos

para o ensino superior mediante o desenvolvimento de formações curtas com carácter profissionalizante e de preferência com ligação à economia e aos territórios onde se inserem. Daí ter perguntado o que é que os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos pensavam da existência de um sistema binário e se a outorga do grau de doutoramento passava por aprofundar o sistema binário ou por uma espécie de convergência e aproximação ao sistema unitário.

Referiu-se também à missão dos politécnicos de ligação às empresas e à importância de um ensino mais prático e perguntou em que medida é que o facto de não poderem outorgar o grau de doutoramento pode limitar o seu desenvolvimento.

Por último, questionou se a designação que propõem é apenas para ser utilizada a nível internacional ou se pretendem que ela venha a ter implicações nacionais.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o Grupo Parlamentar do PCP defende quer uma proposta de valorização do ensino superior, seja ele universitário seja ele politécnico, quer um modelo de ensino superior unitário, assente, entre outras coisas, na previsão da possibilidade de as instituições do ensino politécnico poderem conferir o grau de «Doutor» (e na XII Legislatura já apresentou propostas sobre essa matéria).

Relativamente à alteração da sua designação, perguntou quais as suas implicações e os benefícios concretos que eventualmente pode trazer.

Terminou afirmando que o Grupo Parlamentar do PCP já tinha apresentado propostas em relação a esta matéria e que concorda com a atribuição do título de «Doutor» aos alunos dos politécnicos, sendo de facto uma reivindicação justa e adequada.

Na sequência das perguntas e das observações feitas, os Presidentes dos Conselhos Gerais dos Politécnicos referiram, designadamente, que pelo facto de os politécnicos não poderem outorgar o grau de «Doutor» resultam vários prejuízos, nomeadamente os resultantes de haver docentes e investigadores dos politécnicos responsáveis pela coorientação de doutorandos cujo nome não pode constar da tese daqueles que orientaram, o que prejudica os seus currículos; que para os alunos as bolsas de estudos da FCT dos programas doutorais só existem nas universidades, que as distribui pelos alunos que estão a frequentar esses doutoramentos; que os centros de investigação dos politécnicos também sofrem com isso, porque ter doutorandos a trabalhar permite criar massa crítica e formar pessoas capazes de desenvolver linhas de investigação necessárias para a criação de um património científico e também para dar um contributo às empresas com quem trabalham; que não se percebe porque é que os recursos existentes nos politécnicos estão a ser desperdiçados quando têm a mesma capacidade das universidades; que a questão da sua designação não é de somenos

importância na medida em que a expressão hoje utilizada acaba por minorizar os institutos politécnicos e desincentivar os estudantes de outros países, tendo criado dificuldades no reconhecimento da sua natureza enquanto instituição de ensino superior e também limitado a sua atuação a nível da colaboração com instituições internacionais e no desenvolvimento de diversas parcerias.

A documentação entregue, a documentação cedida pela Presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico do Porto, Manuela de Melo e a gravação áudio da audiência estão disponibilizadas na [página da Comissão, na internet](#).

5. Audição do Grupo de Trabalho para a Avaliação do Acesso ao Ensino Superior, sobre o respetivo Relatório

O Presidente da Comissão cumprimentou os representantes do Grupo de Trabalho (criado pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), João Guerreiro, Madalena Alarcão, José Amado da Silva e João Sobrinho Teixeira, indicou a grelha de tempos e deu-lhes depois a palavra.

Os elementos do Grupo de Trabalho fizeram um enquadramento inicial, referindo a meta da estratégia Europa 2020 de 40% da população portuguesa (entre os 30-34 anos) com um grau superior ou equivalente e o facto de 20% dos jovens entre 20-30 anos não estudar e não trabalhar.

Apresentaram depois o Relatório, tendo referido o seguinte, em resumo:

1. O acesso ao ensino superior está estabilizado há 20 anos, enquanto o ensino secundário tem estado em evolução;
2. No Relatório analisaram as medidas e os princípios subjacentes ao regime de acesso ao ensino superior, verificando que o mesmo se baseia no ensino humanístico, tendo sido esquecidas outras áreas, como os ensinos profissional, artístico, etc;
3. As instituições podem fazer provas de acesso ou utilizar as provas do ensino secundário;
4. Há outras vias de acesso ao ensino superior, com regimes específicos, como sejam os alunos com mais de 23 anos, o acesso aos cursos técnicos superiores profissionais e os alunos de nacionalidade extra europeia;
5. Noutros países, como por exemplo nos nórdicos e na França, está prevista a possibilidade de atribuição de poder às instituições para escolherem os seus alunos;
6. Tendencialmente, devia atribuir-se às instituições a responsabilidade pelo acesso ao ensino superior;

7. Atualmente o acesso utiliza muito o ensino secundário, fazendo com que as escolas deste nível de ensino se preocupem muito com a preparação para o exame, em detrimento de outras valências;
8. Apresentam como propostas a valorização dos diferentes percursos educativos das várias modalidades do ensino secundário (designadamente dos ensinos profissional e artístico) e das diversas vias de acesso ao ensino superior, a redução das influências entre a conclusão do ensino secundário e o acesso (com redução da variabilidade dos exames e a introdução de um mecanismo pedagógico de controlo), a atribuição de maior autonomia às instituições de ensino superior na escolha e utilização dos critérios de ingresso e a articulação entre as estratégias e percursos das escolas do ensino secundário e as instituições do ensino superior.

Interveio depois a Deputada Margarida Mano (PSD), que questionou se propõem o abandono do concurso nacional de acesso, tendo considerado que o mesmo assegura mais equidade e que o acesso por instituição seria mais difícil. Perguntou depois se tinham analisado a hipótese de o concurso de acesso incluir categorias diferentes, como por exemplo para os alunos do ensino profissional, artístico, etc, bem como equacionado outras formas de acesso e se tinham abordado a fixação de pré-requisitos habilitacionais.

A Deputada Inês Lamego (PS) referiu que o Governo defende o alargamento da base de acesso ao ensino superior, relevou as propostas do Grupo de Trabalho e questionou se é possível atingir a meta de 40% de licenciados na população entre 30-34 anos até 2020.

O Deputado Luís Monteiro (BE) considerou que o percurso do aluno até ao ensino superior é importante, mas atualmente o ensino secundário está muito virado para a preparação para o exame, desvalorizando outras áreas. Realçou ainda a necessidade de melhoria do acesso dos alunos do ensino profissional, artístico, etc.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o acesso ao ensino superior é um pilar do sistema e as alterações a introduzir terão de ser vistas com muito cuidado. Aludiu depois aos alunos de áreas específicas, como do ensino profissional e equacionou ainda a situação dos alunos com necessidades educativas especiais, matéria que considerou pouco tratada.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou o acesso ao ensino superior como um direito, referiu o facto de as habilitações mais baixas das mães dos alunos gerar mais abandono escolar e referiu que há um caminho de desvalorização do ensino politécnico. Manifestou ainda discordância do caminho no sentido de as instituições poderem escolher os alunos, considerando que pode haver alunos que não sejam aceites por nenhuma instituição.

Na sequência das questões e das observações colocadas, os representantes do Grupo de Trabalho referiram o seguinte, em síntese:

1. O concurso nacional de acesso ao ensino superior deve ser gradualmente abandonado;
2. Concordam com a hipótese de acesso diferenciado;
3. A meta Europa 2020 só será atingível com outros públicos;
4. O acesso dos alunos do ensino profissional já está prevista para os cursos cursos técnicos superiores profissionais;
5. Há 30.000 jovens fora do ensino.

A terminar, o Professor João Guerreiro, Coordenador do Grupo de Trabalho e presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES), apresentou uma proposta de realização de um debate organizado conjuntamente entre a CNAES e a Comissão de Educação e Ciência, em que participariam vários oradores relevantes, a qual teve bom acolhimento.

O relatório do Grupo de Trabalho e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão](#).

6. [Petição n.º 115/XIII \(1.ª\)](#) – apresentada por Sandra Cristina Correia Ribeiro Gonçalves e outros - Solicitam à Assembleia da República a revogação do Despacho Normativo n.º 1-H/2016, que altera os artigos 3.º, 6.º, 8.º, 9.º, 18.º, 19.º, 20.º, 22.º, 23.º, 25.º e 26.º do Despacho Normativo n.º 7-B/2015, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 88, de 7 de maio de 2015, que determina os procedimentos da matrícula e respetiva renovação

O relatório final da petição foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Odete João (PS), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. [Petição n.º 141/XIII \(1.ª\)](#) – apresentada por Gonçalo Faria da Silva e outros - Solicitam mais rigor, transparência e objetividade na ciência que recorre ao uso de modelos animais na investigação, maximizando o bem-estar animal e o retorno do investimento público

O relatório final da petição foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado Álvaro Batista (PSD), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. [Petição n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Maria de Fátima Brás e outros - Solicitam a aplicação do princípio da igualdade aos docentes do 1.º ciclo

O relatório final da petição foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Maria Augusta Santos (PS), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. [Petição n.º 166/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Paulo Alexandre Simões Ernesto - Solicita a apreciação de critérios para atribuição de Bolsas de Mérito no Ensino Superior

O relatório final da petição foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Inês Lamego (PS), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. [Petição n.º 180/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por José Manuel Rodrigues de Abreu - Solicita que sejam feitos estudos científicos no sentido de ser introduzido no sistema educativo uma disciplina de métodos de respiração, relaxamento e de controlo emocional

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo sido indicada como relatora a Deputada Susana Amador (PS).

11. Plano de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial para a 2.ª Sessão Legislativa

O Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial foi apresentado pela respetiva Coordenadora, Deputada Maria Manuela Tender (PSD), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

12. [Projeto de Resolução n.º 331/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Consagra o dia 16 de maio como Dia dos Cientistas

A proposta de redação final foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

13. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

14. Data da próxima reunião

8 de novembro de 2016, às 15h – Audição do Ministro da Educação, por requerimento do PSD

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 45 minutos.

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 8 de novembro de 2016.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
António Eusébio
Elza Pais
Inês Lamego
Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: